



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 208
Proc.: 3572/08

Rubrica

Processo: nº 3.572/2008 (c).

Origem: Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

Interessado: 4ª Inspeção de Controle Externo.

Assunto: Estudos Especiais.

Ementa: . Estudos acerca da forma de cálculo inicial e dos futuros reajustes dos proventos dos integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal, aposentados na vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003 com fundamento na Lei Complementar nº 51/1985, efetuado em cumprimento ao item II, letra “b”, da Decisão nº 6.810/2007, proferida no Processo nº 27.494/2007 - TCDF.

. Resultado da diligência objeto do item III da Decisão nº 8.021/2008 (fls. 162/163).

. 4ª Inspeção de Controle manifesta-se pelo conhecimento das decisões referente ao assunto tratado nestes autos e remessa de orientação aos jurisdicionados (fls. 179/205).

. Acolhimento parcial da sugestão ofertada pela 4ª ICE, com adendo. Manutenção do entendimento firmado pelo TCDF.



RELATÓRIO

Cuidam os autos, nesta fase processual, do cumprimento do item III da Decisão nº 8.021/2008 - TCDF, que estatuiu:

"O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Revisor, Conselheiro RENATO RAINHA, que apresentou, nesta assentada, declaração de voto, na forma do art. 71 do RI/TCDF, decidiu:

I - conhecer dos estudos em exame e ter por cumprida a determinação constante da alínea "b" do item II da Decisão nº 6.810/2007;

II - reiterar o entendimento de que os critérios de fixação e reajuste dos proventos de aposentadoria, a ser concedida aos servidores integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal, bem como aos demais servidores do Distrito Federal, por tratar-se de matéria de natureza constitucional, são aqueles discriminados no item II da Decisão nº 4.852/2007, o que significa enunciar: a) em relação à paridade: a.1) deixou de ter sede ordinária e passou a ter sede constitucional, em face da expressa revogação do parágrafo único do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, pelo art. 5º da Emenda Constitucional



nº 47/2005; a.2) é aplicável: a.2.1) ao servidor admitido até 16.12.1998 (data de vigência da Emenda Constitucional nº 20/1998) - Fundamento legal: art. 3º e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, salvo opção pelas regras do art. 40 da Constituição Federal ou do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003; a.2.2) ao servidor admitido no serviço público até 31.12.2003 (data de vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003) - Fundamento legal: arts. 6º e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, salvo opção pelas regras do art. 40 da Constituição Federal ou do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003; a.2.3) às concessões que tenham por fundamento o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003 - preservação do direito adquirido daqueles que tenham atendido os pressupostos estabelecidos na legislação então vigente; b) no tocante à integralidade: b.1) é aplicável: b.1.1) aos que ingressaram no serviço público até 16.12.1998 - Fundamento legal: art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/03 e art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, salvo opção pelas regras do art. 40 da Constituição Federal ou do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003; b.1.2) aos que ingressaram no serviço público até 31.12.2003 - Fundamento legal: art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, salvo opção pelas regras do art. 40 da Constituição Federal ou do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003; b.2) não é aplicável



aos que, admitidos no serviço público após 31.12.2003, se aposentarem por invalidez permanente não decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei. c) servidor público admitido após a data de vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003 (31.12.2003): não se aplicam a paridade e a integralidade, excetuados, na segunda hipótese, os casos de incapacidade decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, aos quais é garantida a integralidade na forma da lei (art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 41/2003); d) permanece em vigor a Lei Complementar nº 51/1985, enquanto não revogada ou modificada por outra lei complementar, consoante estabelece o § 4º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 47/2005, tendo em vista ser compatível com as novas regras estabelecidas para aposentadoria comum, em razão do caráter especial atribuído às aposentadorias dos servidores que exercem atividades em condições de risco à saúde e a integridade física, prevista naquele dispositivo constitucional; e) devem continuar sendo observados os termos da Decisão nº 6.868/2006 (aplicação do Regime Jurídico disciplinado pela Lei nº 4.878/1965, e, subsidiariamente, daquele estabelecido pela Lei nº 8.112/1990), pois que seus fundamentos não se revelam



incompatíveis com a recente reforma previdenciária;

III - determinar à 4ª Inspeção de Controle Externo que acompanhe a tramitação, nos tribunais administrativos e judiciais, de feitos que tratem de assunto análogo ao dos autos, mantendo esta Corte informada a respeito;

IV - alertar a Polícia Civil do Distrito Federal de que:

a) a retribuição por subsídio estabelecida na Lei nº 11.361/2006, a partir de 01.09.2006, não alcança os proventos dos inativos das carreiras Delegado de Polícia e Polícia Civil do Distrito Federal, admitidos após 31.12.2003, pois, nesta hipótese, serão calculados na forma estabelecida no art. 1º da Lei nº 10.887/2004, salvo se configurada a situação descrita no item II.c retro;

b) no tocante às pensões, os critérios de base de cálculo e reajuste, a serem observados, são aqueles definidos no item 4 da Decisão nº 5.859/2008, proferida no Processo nº 26.930/2006;

V - dar ciência do teor desta decisão à Polícia Civil do Distrito



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 213
Proc.: 3572/08

Rubrica

Federal, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, à Corregedoria-Geral e demais órgãos integrantes do complexo administrativo do Distrito Federal;

VI - autorizar o arquivamento dos autos. Parcialmente vencido o Relator, que manteve o seu voto."

Da instrução de fls. 179/206, tenho por necessário reproduzir o que segue:

"6. Pesquisando a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, do Supremo Tribunal Federal - STF e do Tribunal de Contas da União - TCU, verificam-se alguns julgados percucientes à aposentadoria especial de policial civil que merecem destaque.

7. Quanto ao TJDF, os Senhores Desembargadores da sua 2ª Turma Cível, por unanimidade, negaram provimento à Apelação de nº 20070110747847, ajuizada por delegados da PCDF, na qual buscavam a declaração de inaplicabilidade da Medida Provisória nº 308, convertida na Lei nº 11.361/06, de modo a restabelecer o pagamento de vantagens pessoais excluídas da remuneração dos autores em razão da transformação da remuneração em subsídio e da aplicação do teto remuneratório. Eis o teor da ementa desse julgado:

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO DF. AÇÃO DECLARATÓRIA PARA AFASTAR A APLICABILIDADE DAS LEIS 11.143/05 E 11.361/06. TRANSFORMAÇÃO DE



REMUNERAÇÃO EM SUBSÍDIO. MANUTENÇÃO DE VANTAGENS PESSOAIS. IMPOSSIBILIDADE. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS OBSERVADA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO AO REGIME JURÍDICO. O subsídio mensal dos delegados de polícia do Distrito Federal constitui-se de parcela única, razão porque, a teor do disposto no artigo 1º da Lei nº. 11.631/06, é vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Conforme pacificado na doutrina e jurisprudência pátrias, o servidor público não tem direito adquirido a determinado regime jurídico, sendo facultado à Administração, no exercício de sua discricionariedade, instituir novo regime remuneratório, desde que observado o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

A lei nº 11.143/05 não estabelece qualquer vínculo entre o subsídio percebido pelos delegados de polícia civil do DF e pelos desembargadores do TJDF, apenas limita o subsídio daqueles aos desses.

(TJDF - 20070110747847-APC Relator CARMELITA BRASIL - 2ª Turma Cível - Publicação: DJ de 27/04/2009)

8.No âmbito do STF, observa-se que foram consideradas procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade de números 3817 e 1045. Na primeira, o Plenário daquela Corte, por votação majoritária, declarou inconstitucional o art. 3º da Lei Distrital nº 3.556/2005, o qual permitia aos integrantes da PCDF computar o tempo prestado na condição de cedido como se de efetivo exercício de atividade policial fosse. Na segunda ação, também por maioria, o STF declarou inconstitucional dispositivos da Lei Orgânica do DF e do Ato das Disposições



Transitórias, relativos a militares e policiais civis do DF, por entender que a competência para legislar sobre essa matéria é apenas da União. Os dispositivos impugnados nessa segunda ação foram: artigo 117, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º; artigo 118 e respectivos parágrafos; artigo 119, §§ 1º (quanto à expressão "autonomia funcional"), 2º e 3º; artigo 120, e artigo 121 e respectivos incisos e parágrafo único, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal, e artigo 51 do Ato das Disposições Transitórias do DF).

9. Verifica-se, ademais, que tramita na Suprema Corte o Recurso Especial nº 567.110-1, interposto pelo Instituto de Previdência do Estado do Acre - ACREPREVIDÊNCIA contra acórdão do Tribunal de Justiça daquele estado, favorável à concessão de aposentadoria especial com fulcro na LC 51/85 após a reforma da previdência. Consigne-se que o STF reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada (fls. 172/178). Eis o teor do acórdão questionado:

*CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO.
POLICIAL CIVIL. APOSENTADORIA ESPECIAL.
SATISFAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS.
APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR
FEDERAL Nº 51/85. COMPATIBILIDADE COM O
TEXTO CONSTITUCIONAL.*

1. Não apresentando a LC nº 51/85 nenhuma incompatibilidade ou conflito em relação à Constituição e suas respectivas emendas, essa norma foi por ela recepcionada e persiste no mundo jurídico.

2. Em homenagem ao princípio da continuidade da ordem jurídica, até que venha nova regulamentação sobre a matéria, persiste a aposentadoria especial prevista na LC nº 51/85, vez que as normas editadas sob a égide da



Constituição anterior permanecem válidas e eficazes.

3. O servidor público, que exerceu cargo de natureza policial, e que preenche os requisitos exigidos pela LC nº 51/85, tem direito à aposentadoria especial.

10. No tocante à jurisprudência do TCU, destaca-se que o Plenário daquela Casa, em março de 2009, pautado em um aprofundado e meticuloso estudo efetuado no Processo nº 010.598/2006-6, que trata de incidente de uniformização de jurisprudência, suscitado pela Secretaria de Recursos (Serur) em face de divergência de entendimento dos órgãos fracionários daquela Casa acerca da aplicabilidade da LC nº 51/85 na vigência da EC nº 20/98, firmaram entendimento (Acórdão nº 379/2009) no sentido de que a Lei Complementar 51, de 1985, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, e pelas Emendas Constitucionais nºs 20, de 1998, 41, de 2003, e 47, de 2005, continuando, por conseguinte, válida e eficaz, enquanto não for ab-rogada, derogada ou modificada por nova lei complementar federal, subsistindo, portanto, a regra de previsão de aposentadoria especial de que trata a referida lei complementar.

11. Ressalte-se que nesse incidente de uniformização de jurisprudência não se abordou os critérios para fixação da base de cálculo dos proventos decorrentes de inativação fundamentada na LC nº 51/85, tampouco discutiu a respectiva forma de reajustamento.

12. Esse assunto, contudo, foi matéria de deliberação na consulta tratada no Processo nº 031.239/2007-9, no qual o Plenário, em sessão realizada no dia 1º de abril de 2009, ratificando o posicionamento anterior quanto à aplicabilidade da LC nº 51/85 face às emendas



*constitucionais, proferiram o Acórdão nº 582,
verbis:*

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fulcro no inciso XVII e § 2º do art. 1º da Lei nº 8.443/92, c/c inciso IV do 264 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da presente consulta para esclarecer o consulente que:

9.1.1. o Tribunal de Contas da União firmou entendimento no sentido de que a Lei Complementar nº 51/1985 foi recepcionada pelas EC nº 20/1998, 41/2003 e 47/2005 (Acórdão nº 379/2009, prolatado na Sessão Plenária de 11.3.2009, publicado na Ata nº 9/2009-Plenário);

9.1.2. o entendimento consubstanciado no Acórdão nº 379/2009-Plenário aplica-se exclusivamente aos servidores públicos federais e não abrange os policiais das diversas unidades da federação;

9.1.3. a aplicação da Lei Complementar nº 51/1985 não afasta a incidência da regra geral relativa aos cálculos dos proventos insculpida no § 3º do art. 40 da Constituição Federal, salvo para os policiais que implementaram os requisitos legais de inativação até 19.2.2004, véspera da publicação da Medida Provisória nº 167/2004, convertida na Lei nº 10.887/2004; (Grifado)

9.2. encaminhar cópia deste acórdão e do Acórdão nº 379/2009-Plenário, bem assim dos relatórios e votos que os fundamentaram, ao Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 218
Proc.: 3572/08

Rubrica

Organizado Comissão da Câmara dos Deputados;

9.3. arquivar o presente processo

Quorum

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Valmir Campelo, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Revisor), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Auditores presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira

Publicação

Ata 12/2009 - Plenário

Sessão 01/04/2009

Aprovação 02/04/2009

Dou 03/04/2009

13. O Ministro Relator desse feito, Benjamin Zymler, quanto à base de cálculo e a forma de reajustamento dos proventos decorrentes da LC nº 51/85 na vigência da EC nº 41/2003, votou:

Por fim, deve-se salientar que o entendimento do TCU acerca da validade da Lei Complementar nº 51/1985 não afasta, em nenhuma hipótese, a incidência do § 3º do art. 40 da CF, com a redação conferida pela EC nº 41/2003. O valor dos proventos dos servidores não mais mantém paridade com a remuneração dos servidores ativos. Excepcionam-se



servidores, inclusive os policiais federais, que implementaram os requisitos para inativação antes da Medida Provisória nº 167/2004, convertida na Lei nº 10.887/2004, que regulamentou o § 3º do art. 40 da CF, e aqueles que se enquadram nas regras de transição estipuladas pelos arts. 3º da EC nº 47/2005 e 6º da EC nº 41/2003.

Ou seja, a existência de aposentadoria especial, como a do professor do ensino básico e de policial, não afasta a aplicação da regra geral contida no § 3º do art. 40 da CF, com a redação conferida pela EC nº 41/2003, observadas as ressalvas anteriores.

14. Confrontando (haja vista a ausência de posicionamento da Corte Suprema sobre ao tema versado nestes autos) a jurisprudência atual do TCU com a do TCDF, no tocante à aposentadoria especial prevista na LC nº 51/85, verifica-se que divergem, na prática, apenas quanto à base de cálculo e a forma de reajustamento dos proventos dessa modalidade de aposentação. Cumpre salientar, porém, que essa divergência se restringe aos policiais admitidos no serviço público até 31.12.2003 que venham a implementar os requisitos do art. 1º, inciso I, da LC nº 51/85 a partir de 20.02.2004, data da regulamentação da EC nº 41/2003, pois, para os que ingressarem após a publicação dessa emenda e inativarem com esteio na referida lei complementar, o posicionamento adotado pelo TCDF no item "c" da Decisão 4852/2007, confirmado na Decisão nº 8021/2008¹ se afina com o do TCU.

¹ Decisão nº 8.021/2008 – citada no início desta instrução.



15. De acordo com julgados desta Casa, o TCDF poderá, s.m.j., deliberar tanto no sentido de que o entendimento da área federal é o mais apropriado ao caso em análise quanto em sentido contrário, senão vejamos.

16. Na consulta tratada no Processo nº 2454/04-TCDF, o Plenário desta Casa, por maioria, de acordo com o voto do conselheiro relator, pautado na premissa de que aos policiais civis do Distrito Federal aplica-se a legislação federal e, por consequência, os critérios interpretativos adotados naquela esfera de Governo, respondeu à Polícia Civil do DF ser possível aos servidores que ingressaram nas carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal, na vigência da Lei nº 3.313/57, computarem proporcionalmente o tempo de exercício em atividade estritamente policial, à razão de 1,2 por dia trabalhado, ou 20% por ano trabalhado, até o advento da Lei nº 51/85, uma vez que aos policiais civis do Distrito Federal aplica-se a legislação federal e, por consequência, os critérios interpretativos adotados naquela esfera de Governo; (Decisão nº 2581/05).

17. Contudo, esse posicionamento de que aos policiais civis do Distrito Federal se aplica a lei federal na forma interpretada pela União não prevaleceu quando da apreciação da aposentadoria especial tratada no Processo nº 509/2003, concedida na vigência da EC nº 20/98, com fulcro na LC nº 51/85.

18. O TCDF, por unanimidade, considerou legal a referida inativação, para fins de registro (Decisão nº 3134/2007), não obstante o entendimento contrário adotado pela 2ª Câmara do TCU, Acórdãos de nºs 2177/2006 e 2178/2006, no sentido de que a Lei Complementar nº 51/85 **não** havia sido recepcionada pela Emenda Constitucional nº 20/98. Convém lembrar, inclusive, que esse posicionamento da 2ª Câmara, conforme já



comentado, não foi mantido pelo Plenário do TCU, como se vê dos Acórdãos n°s 379 e 582.

19. *Consigne-se que, fazendo alusão aos mencionados acórdãos da 2ª Câmara do TCU (n°s 2177/2006 e 2178/2006) e aos recursos contra eles apresentados, a relatora da citada aposentadoria (Processo n° 509/2003), fundamentou seu voto contrário à adoção do entendimento até então vigente no TCU, nos seguintes termos:*

Os recursos às decisões do TCU que negaram a receptividade da LC n° 51/85 pela EC n° 20/98 não foram julgados. Ainda que tivessem sido, mantendo essa impossibilidade, não obrigariam esta Corte de Contas a decidir como tais ou a rever suas decisões anteriores.

20. *Os conflitos interpretativos bem como os de competência legislativa relacionados à PCDF decorrem do fato de ser esse órgão um ente distrital, organizado e mantido pela União, o que tornam várias questões muito complexas.*

21. *Com relação à organização e manutenção da PCDF, convergem a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e a desta Casa de Contas no sentido de que compete à União legislar sobre essas matérias, como se verifica dos julgados a seguir listados.*



EMENTA: I. (omissis)

II. Distrito Federal: polícia civil e militar: organização e manutenção da União: significado.

Ao prescrever a Constituição (art. 21, XIV) que compete à União organizar e manter a polícia do Distrito Federal - apesar do contra-senso de entregá-la depois ao comando do Governador (art. 144, § 6º) - parece não poder a lei distrital dispor sobre o essencial do verbo "manter", que é prescrever quanto custará pagar os quadros de servidores policiais: desse modo a liminar do Tribunal de Justiça local, que impõe a equiparação de vencimentos entre policiais - servidores mantidos pela União - e servidores do Distrito Federal parece que, ou impõe a este despesa que cabe à União ou, se imputa a esta, emana de autoridade incompetente e, em qualquer hipótese, acarreta risco de grave lesão à ordem administrativa. (AGRSS nº 846-3/DF - 29.05.96, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, julg. em 29.05.1996, maioria, publ. no DJU de 08.12.1996 e in <http://stf.gov.br>).

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR POLICIAL DO DISTRITO FEDERAL. FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS COMPETÊNCIA DA UNIÃO FEDERAL.

1. Servidor policial do Distrito Federal. Vencimentos. Competência da União para organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros, tendo em vista o preceito do artigo 21, XIV, da Constituição.

2. Lei Distrital. Fixação de vencimentos e vantagens a categorias funcionais do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 223
Proc.: 3572/08

Rubrica

Distrito Federal mantidas, por expressa disposição constitucional, pela União Federal. Impossibilidade. Precedentes.

Recurso extraordinário conhecido e provido, para cessar a segurança.

(RE Nº 241494/DF, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI, julg. em 27/10/1999, maioria, publ. no DJ de 14.11.2002, pág. 16, e in <http://stf.gov.br>).

EMENTA: Distrito Federal: serviços locais de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros): competência privativa da União para organizar e manter os organismos de segurança pública do Distrito Federal, que envolve a de legislar com exclusividade sobre a sua estrutura administrativa e o regime jurídico do seu pessoal: jurisprudência do STF consolidada no RE 241494: cautelar deferida para suspender a vigência da LD 1481/97 (MEDIDA CAUTELAR NA ADI 2102/DF Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, julg. em 16/02/2000, publ. no DJ de 07.04.2000, pág. 44, e in <http://stf.gov.br>).

EMENTA: CONSTITUCIONAL. DISTRITO FEDERAL. POLÍCIA CIVIL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. C.F., art. 211, XIV. Lei Distrital 2.939/02.

I. - Competência privativa da União para organizar e manter a Polícia Civil do Distrito Federal: competência da União para legislar, com exclusividade, sobre a sua estrutura e regime jurídico do seu pessoal. Precedentes do STF.

II. - ADI julgada precedente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 224
Proc.: 3572/08

Rubrica

(ADI Nº 2881/DF, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, julg. em 19/02/2004, unânime, publ. No DJU de 02.04.2004, pág. 09, e in <http://stf.gov.br>).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
E TERRITÓRIOS**

EMENTA: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AUXÍLIO-ÓBITO E DE INVALIDEZ DO POLICIAL CIVIL, MILITAR E BOMBEIRO MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. COMPETÊNCIA DA UNIÃO. O PODER EXECUTIVO DISTRITAL, AO INSTITUIR AUXÍLIO-ÓBITO E DE INVALIDEZ PARA OS INTEGRANTES DAS CARREIRAS DE POLICIAL MILITAR, CIVIL E BOMBEIRO MILITAR DO DISTRITO FEDERAL DISPÕS ACERCA DE MATÉRIA QUE É DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO (ART. 21, INCISO XIV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL), EVIDENCIANDO O VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE. NOS TERMOS DO ART. 195, §5º DA CARTA MAGNA, NENHUM BENEFÍCIO OU SERVIÇO DA SEGURIDADE SOCIAL PODERÁ SER CRIADO, MAJORADO OU ESTENDIDO SEM A CORRESPONDENTE FONTE DE CUSTEIO.

DECISÃO: AFASTAR AS PRELIMINARES E JULGAR PROCEDENTE A AÇÃO, TUDO À UNANIMIDADE.

(ADI Nº 20010020065368, Rel. Des. VASQUEZ CRUXÊN, julg. em 24.06.2003, unânime, acórdão nº 185790, publ. no DJU de 17.03.2004, pág. 14, e in <http://tjdf.gov.br>)

Obs.: trânsito em julgado em 01.04.2004..

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI DISTRITAL



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 225
Proc.: 3572/08

Rubrica

2.835/03 (sic) - VIOLAÇÃO AO ART. 14 DA LODF E ARTS. 21, XIV, E 32, § 4º, DA CF - PROCEDÊNCIA.

1. É da competência da União legislar privativamente sobre organização da Polícia Civil do Distrito Federal, daí resultando a inconstitucionalidade material da Lei Distrital 2.835/03 (sic) que, dispondo sobre a matéria, violou os arts. 14, da LODF, e 21, XIV, e 32, § 4º, da CF.

2. Ação procedente.

(ADI Nº 20020020021474, Rel. Des. ESTEVAM MAIA, julg. em 05.10.2004, maioria, acórdão nº 206633, publ. No DJU de 03.03.2005, pág. 28, e in <http://tjdf.gov.br>. Ressalte-se que a eficácia da Decisão acima foi suspensa em face da liminar concedida na Rcl. 3164/DF - STF, cujo mérito pende julgamento).

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI DISTRITAL 2.721/01 - VIOLAÇÃO AO ART. 14 DA LODF E ARTS. 21, XIV, E 32, § 4º, DA CF - PROCEDÊNCIA.

1. É da competência da União legislar privativamente sobre organização da Polícia Civil do Distrito Federal, daí resultando a inconstitucionalidade material da lei distrital 2.721/01 que, dispondo sobre essa matéria, violou os arts. 14 da LODF, e 21, XIV, e 32, § 4º, da CF.

2. Ação Procedente.

(ADI Nº 20020020008138, Rel. Des. ESTEVAM MAIA, julg. Em 14.9.2004, maioria, acórdão nº 215465, publ. No DJU de 14.6.2005, pág. 1393, e in <http://tjdf.gov.br>)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 226
Proc.: 3572/08

Rubrica

Obs: Cópia à fl. 29. A eficácia da Decisão acima foi suspensa em face da liminar concedida na Rcl. 3436 MC/DF - STF (fls. 11/12)

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - VIOLAÇÃO À LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - LEI DISTRITAL 851/95 - PROCEDÊNCIA.

1. Dispondo a Lei Distrital 851/95 sobre vencimentos, composição da remuneração, percentual de representação mensal e época de revisão e extinção de vantagem de policiais civis, viola a Lei Orgânica do Distrito Federal (art. 14), porquanto não é lícito ao Distrito Federal legislar sobre matéria de competência da União.

2. Ação Procedente.

(ADI Nº 1999.00.2.000949-4, Rel. Des. ESTEVAM MAIA, julg. Em 27.6.2000, maioria, acórdão nº 131272, publ. No DJU de 6.11.2000, pág. 23, e in <http://tjdf.gov.br>)

Trânsito em julgado em 23.02.2001.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - aplicar aos servidores ocupantes de cargos das Carreiras de Delegado de Polícia e Polícia Civil do Distrito Federal o Regime Jurídico disciplinado pela Lei nº 4.878, de 03 de dezembro de 1965, e, subsidiariamente, o Regime Jurídico estabelecido pela Lei nº 8.112, de 11 de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 227
Proc.: 3572/08

Rubrica

dezembro de 1990, ambas com as modificações ocorridas na área federal; (...). Grifado. (Processo nº 17929/05 - Decisão nº 6868/06)

22. O entendimento de que compete à União legislar sobre vencimentos dos integrantes da PCDF encontra-se, inclusive, sumulado pelo STF nos termos do Enunciado nº 647, não deixando dúvidas a esse respeito:

Súmula 647

COMPETE PRIVATIVAMENTE À UNIÃO LEGISLAR SOBRE VENCIMENTOS DOS MEMBROS DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR DO DISTRITO FEDERAL.

(Sessão Plenária de 24/09/2003, Publicação DJ de 09/10/2003).

23. Registre-se, ademais, que na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3601-7, movida pela Procuradoria Geral da República, na qual argüiu-se a constitucionalidade da Lei Distrital nº 3.642/05², o Supremo Tribunal Federal afirmou que a jurisprudência daquela Corte consolidou-se no sentido de que compete à União Federal, com exclusividade, legislar sobre o regime jurídico dos policiais civis do Distrito Federal. Então, por entender que a lei questionada, ao cuidar do processo disciplinar na Polícia Civil, acabou por tratar, indevidamente, do regime jurídico de seus integrantes, julgou procedente a referida ação (Plenário, 15.04.2009).

² Lei nº 3.642/2005 - Dispõe sobre a Comissão Permanente de Disciplina da Polícia Civil do Distrito Federal.



24. Dessa forma, está definido que compete exclusivamente à União legislar sobre assuntos relativos à organização e manutenção da PCDF, e conseqüentemente, sobre regime jurídico, regras especiais de inativação e vencimentos/proventos.

25. Contudo, pende de equalização qual entendimento prevalecerá em caso de divergência de interpretação entre a União e o DF de norma federal aplicável nas duas esferas, como é o caso da Lei Complementar nº 51/85. Essa definição é importante, até mesmo porque a PCDF responde administrativamente tanto à União como ao Distrito Federal.

26. Ademais, permanecendo a divergência de entendimento apontada, teremos duas formas de cálculo e reajustamento de proventos para uma mesma categoria profissional, regida por uma mesma lei, in caso, a Lei Complementar nº 51/85. Ou seja, os **policiais civis distritais** admitidos até a data de publicação da EC nº 41/2003 (31.12.2003), que preencherem os requisitos do art. 1º, inciso I, da LC nº 51/85 a partir da regulamentação dessa emenda (20.02.2004), e vierem a se aposentar com espeque nesse dispositivo legal, receberão proventos sobre a **última remuneração** e gozarão de **paridade** com os servidores em atividade. Por outro lado, os **policiais federais da União** que se encontrarem na mesma situação aposentar-se-ão com proventos calculados com base na **média aritmética** das remunerações de contribuição do servidor, e **não** gozarão de **paridade** com os servidores em atividade, o que não se coaduna com o princípio da igualdade insculpido no art. 5º³ da Constituição.

³ CRFB / 88 (...)

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;



27. *Consigne-se que esta Inspetoria, nos estudos especiais efetuados no Processo nº 17929/2005, no qual se discutiu a qual regime jurídico estão submetidos os policiais civis do Distrito Federal, opinou no sentido de que às leis federais aplicáveis à PCDF devem prevalecer os critérios interpretativos adotados naquela esfera de Governo, assim discorrendo:*

II. DOS CRITÉRIOS INTERPRETATIVOS A SEREM ADOTADOS À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À POLÍCIA CIVIL DO DF

24. *Afastando-se a competência legislativa distrital, já que, como se observa, tem-se aplicado a legislação federal à Polícia Civil do DF, merece apreço a interpretação a ser dispensada à essas normas e alterações conseqüentes promovidas naquela órbita de governo.*

25. *É de nítida evidência que a prevalência de entendimento adstrito ou predominante no ente distrital, em detrimento da interpretação reinante na esfera de governo responsável pela colocação da norma no ordenamento jurídico, nutre ensaio de usurpação de competência da União, por via oblíqua. Neste caso, haveria infringência a postulados constitucionais, visto que o hermeneuta, a princípio, estaria atuando como verdadeiro legislador positivo, extrapolando sua competência original e assumindo uma competência legislativa que não possui, deformando a intenção original do legislador e criando um verdadeiro comando híbrido, teratológico. (Grifado)*



26. Corrobora essa argumentação o pronunciamento do insigne Conselheiro Jorge Caetano no Processo nº 2454/04 - Consulta formulada pela Polícia Civil do Distrito Federal sobre a possibilidade de, aos servidores das carreiras policiais do Distrito Federal que ingressaram na vigência da Lei nº 3.313/57, serem acrescidos 20% por dia/ano trabalhado ao tempo de serviço para fins de aposentadoria, a partir da data de nomeação até o advento da Lei nº 51/85, o qual pedimos vênha para transcrevermos:

Outro, porém, é o meu entendimento em relação ao que foi consultado, tendo por referência o art. 21, inciso XVI, da Constituição Federal, que estabelece ser da competência da União, organizar e manter a Polícia Civil do Distrito Federal.

Depreende-se que toda a legislação inerente a direitos e vantagens, deveres e obrigações dos policiais civis do Distrito Federal, deve emanar do Ente Federal.

Por via de consequência, os critérios adotados naquela esfera de Governo, interpretativos dessa legislação, devem ser estendidos aos servidores policiais do Distrito Federal.



Havendo o órgão central do Sistema de Recursos Humanos da União manifestado o entendimento de que é possível o acréscimo ponderado do tempo de serviço prestado pelo policial desde sua nomeação, sob a égide da Lei nº 3.313/57, até o advento da Lei nº 51/85, para fins de aposentadoria, não vejo como adotar posicionamento diferente em relação aos servidores do Distrito Federal, regidos pela legislação comum.

Quanto à argumentação de que a Lei nº 3.313/57 estaria implicitamente revogada desde 30.10.69, quando entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 1/69, em face de entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 100.596-3-DF, é ponto pacífico que as decisões da Suprema Corte, tomadas em sede de recurso extraordinário, somente produzem efeitos em relação às partes envolvidas, não obrigando a Administração a estendê-las, automaticamente, a outras situações, ainda que semelhantes.

Ademais, as decisões trazidas aos autos são anteriores à Lei Complementar nº 51/85, a qual estatuiu:

"Art. 2º - Subsiste a eficácia dos atos de aposentadoria expedidos com base nas Leis nºs 3.313, de 14 de novembro de 1957, e 4.878, de 3 de dezembro de 1965, após a



*promulgação da Emenda
Constitucional nº 1, de 17 de
outubro de 1969."*

*27. O voto citado no parágrafo
anterior deu suporte à Decisão nº
2581/2005, (S.O nº 3.922, de
09.06.2005), no mesmo feito:*

DECISÃO Nº 2581/2005

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - conhecer da consulta formulada pela Polícia Civil do Distrito Federal, por satisfazer os requisitos legais e regulamentares à sua admissão, consoante o disposto no art. 194 da Resolução-TCDF nº 38/90; II - responder à jurisdicionada ser possível aos servidores que ingressaram nas carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal, na vigência da Lei nº 3.313/57, computarem proporcionalmente o tempo de exercício em atividade estritamente policial, à razão de 1,2 por dia trabalhado, ou 20% por ano trabalhado, até o advento da Lei nº 51/85, uma vez que aos policiais civis do Distrito Federal aplica-se a legislação federal e, por consequência, os critérios interpretativos adotados naquela esfera de Governo; III - autorizar o arquivamento dos autos. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pelo acolhimento do parecer do Ministério Público. Decidiu, ainda, mandar publicar, em anexo à presente ata, o Relatório/Voto do Relator (Anexo Presidiu a Sessão o Presidente,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 233
Proc.: 3572/08

Rubrica

*Conselheiro MANOEL DE ANDRADE.
Votaram os Conselheiros RONALDO
COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JORGE
CAETANO, ÁVILA E SILVA, JACOBY
FERNANDES e RENATO RAINHA.
Participou a representante do
MPJTCDF, Procuradora-Geral MÁRCIA
FARIAS. Ausente o Auditor PAIVA
MARTINS.*

*28. A Decisão acima mencionada
mereceu realce do Digno Representante do
Ministério Público de Contas do DF, Dr.
Inácio Magalhães Filho no conteúdo da
peça exordial destes autos.*

*29. Esse mesmo questionamento não
passou despercebido pela Ilustre
Representante do Ministério Público de
Contas do DF Dra. Cláudia Fernanda de
Oliveira Pereira, ao emitir parecer no
Processo TCDF nº 2574/97 - Aposentadoria
da PCDF, posteriormente reproduzido nos
Processos TCDF nºs 3156/97, 3303/97,
4258/97 e 7833/96, por meio do qual se
aventa assunto pertinente à correta
definição de cargos comissionados e
parcelas de quintos/décimos a serem
utilizadas no âmbito da Polícia Civil do
Distrito Federal. Abaixo, reproduz-se
parte do Parecer:*

*3. Inicialmente, vale lembrar que a
remuneração da Carreira Policial
Civil do Distrito Federal foi
discutida nos autos do Processo nº
4310/95. Naqueles autos foi exarada
a seguinte decisão:*

Decisão nº 3724/01



O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) ter por cumprida a diligência de que trata a Decisão nº 8105/2000; b) determinar a baixa do sobrestamento de todos os processos referentes à remuneração dos Policiais Civis do Distrito Federal (ativos, inativos e pensionistas), tendo em conta a vigência da Lei nº 9.264/96, combinada com a Medida Provisória nº 2.041-9, de 25 de agosto de 2000; c) considerar regulares as parcelas pagas a título de isonomia com o Ministério Público concedida pela Lei nº 851/95-DF aos servidores integrantes da então Carreira Policial Civil do Distrito Federal (atualmente desmembrada em Carreira de Delegado da Polícia do Distrito Federal e carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, compreendendo esta os cargos de Perito Criminal, Perito Médico-Legista, Agente de Polícia, Escrivão de Polícia, Papiloscopista Policial e Agente Penitenciário, conforme a Lei nº 9264, de 7 de fevereiro de 1996 (federal), até a declaração de sua inconstitucionalidade em 27 de junho de 2000, ante a presunção de sua validade e legitimidade enquanto não foi excluída definitivamente do mundo jurídico pela declaração de inconstitucionalidade; d) dar conhecimento à Polícia Civil do Distrito Federal do



teor desta decisão; e)
determinar o arquivamento do
feito.

4. Diante de tal decisão, pôde o
corpo instrutivo dar prosseguimento
à análise desta concessão.

5. Todavia, como ficou bem claro
naqueles autos, o Ministério
Público não corrobora o
entendimento consolidado na
referida decisão. Inversamente,
aliás, entende este Parquet que a
parcela "Representação Mensal - Lei
851/95" deve, com o devido
ressarcimento ao erário, ser
excluída da remuneração do
servidor. Isso porque ao Distrito
Federal não cabe legislar sobre
organização, estrutura, atribuições
e competência de sua Polícia Civil.

6. A não-aplicação da Lei nº 851/95
para os policiais civis do Distrito
Federal repercute em toda a
composição de sua remuneração,
cabendo destacar, para este caso, a
vantagem "IHPC (Lei nº 7923/89,
alterada pela Lei nº 7961/89)", que
não sofreu a alteração promovida
pela Lei nº 9.264/96, conforme se
verifica no Abono Provisório de
fls. 26/7.

7. Aprofundando ainda mais o
raciocínio, entende este Parquet
que até mesmo a incorporação de
quintos/décimos pelos policiais
civis ficaria prejudicada. Ora, se
cabe à União legislar sobre a



organização e a estrutura da Polícia Civil, não parece razoável que os cargos em comissão daquela jurisdicionada sigam a legislação e a estrutura de cargos do Distrito Federal. Ao contrário (por questão de coerência), deveriam também seguir a estrutura da União. Reconheça-se, no entanto, que a referida forma de incorporação de quintos/décimos vem sendo aceita, sem questionamentos, por vários anos e, principalmente, que não existe mais a possibilidade de incorporação de tais vantagens. Resta, no entanto, ajustar a situação dos servidores da atividade (não com relação às parcelas incorporadas- por questão de isonomia com os inativos -, mas, sim, no que tange aos cargos em comissão atualmente exercidos), o que poderá, caso o TCDF acolha o entendimento deste órgão, ser discutido em autos apartados.

30. *Também no Processo nº 1340/2001, referente à Auditoria de regularidade realizada na PCDF, foi com base em interpretação favorável produzida na esfera federal, inclusive pelo Tribunal de Contas da União, que a Ilustre Conselheira Marli Vinhadeli, fundamentou seu voto, que culminou na Decisão nº 744/2006, na qual esta e. Corte considerou regular o cálculo da Gratificação por Operações Especiais - GOE, na forma do art. 21 da Lei nº 10.667/2003 (legislação federal).*

31. *Assim, tendo em conta que à Polícia Civil do DF aplica-se a legislação federal, por consequência, aplicar-se-ão a essas leis os critérios*



interpretativos adotados naquela esfera de Governo.

28. Naqueles autos, nº 17929/05, esta Unidade Técnica trouxe a lume, também, excertos do voto do Desembargador Estevam Maia, proferido na ADI nº 1999.00.2.000949-4, citada nesta instrução, no sentido de que não se mostra admissível o Distrito Federal legislar criando obrigações pecuniárias a serem pagas pela União, verbis:

"Logo, dispondo a lei 851, de 1995, sobre matéria de competência da União, a afronta ao art. 14 da Lei Orgânica do Distrito Federal se me afigura evidenciada, por isso que a competência legislativa do Distrito Federal encontra limitação na Lei Maior. A Carreira Policial Civil do Distrito Federal sempre teve a remuneração fixada por leis federais (7702/88, 9264/96), tanto que, ao editar a Lei Distrital 38, de 1989, que dispôs sobre a política salarial de seus servidores, expressamente excluiu de sua incidência os servidores policiais civis (art. 4º). Nesse diapasão, aliás, firmou-se a jurisprudência deste Tribunal, bem como do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Nem se alegue que o Distrito Federal detém competência concorrente para legislar sobre a matéria de que se cogita, ex vi do disposto no art. 24, § 2º, da Constituição Federal, eis que não se mostra admissível o Distrito Federal legislar criando obrigações pecuniárias a serem pagas pela União."



29. Se a Constituição não outorgou ao DF capacidade legislativa para editar normas acerca da organização e manutenção da PCDF, especialmente no tocante àquelas que geram despesa para a União, também não lhe conferiu poder para criá-las por meio de interpretação da norma legal, sobretudo quando tal interpretação vai de encontro àquela adotada na esfera responsável pela formulação da lei. Entendimento diverso fere o princípio federativo.

30. Isto posto, considerando que a LC nº 51/85 aplica-se tanto na área federal quanto na distrital, considerando o entendimento já consolidado de que a competência para legislar sobre organização e manutenção da PCDF é da União, considerando, sobretudo, os princípios federativo e da igualdade, esta Unidade Instrutiva mantém o entendimento esposado no Processo nº 17929/2005, trazido aos autos, no sentido de que aos servidores das carreiras policiais civis da PCDF deve ser aplicada a LC nº 51/85, consoante os critérios definidos pelo c. TCU, ex vi do Acórdão nº 582/2009 - Plenário.

31. Não obstante, independentemente do posicionamento que vier a prevalecer, urge a prolação de decisão que oriente a PCDF, de forma didática, a exemplo da Decisão nº 5859/08, qual fundamento legal deve ser empregado para as aposentadorias com fulcro na LC nº 51/85 após a vigência da EC nº 41/03.

32. A fixação de forma clara e objetiva do fundamento legal da inativação especial de integrantes da PCDF se justifica, haja vista a complexidade da matéria, a qual pode ser comprovada consultando as concessões deste tipo de aposentadoria, publicadas no Diário Oficial do DF.



33. Da leitura dessas publicações, constata-se que a PCDF, antes da Decisão nº 4852/2007, vinha fundamentando as concessões de aposentadorias especiais com esteio no art. 1º, inciso I, da LC nº 51/85 combinado com o § 4º do artigo 40 da CRFB, com redação dada pela EC nº 47/2005 (fl. 169).

34. A partir desse decisum, passou a fundamentá-las no **art. 1º, inciso I, da LC nº 51/85 combinado com o § 4º do artigo 40 da CRFB, com redação dada pela EC nº 47/2005 e art. 3º, parágrafo único, também da EC nº 47/2005** (fls. 170/171).

35. Contudo, a modalidade de inativação prevista no art. 3º da EC nº 47/2005 e seu parágrafo único não se coaduna com a aposentadoria especial de que trata a LC nº 51/85. Enquanto essa lei complementar permite aposentadoria do policial aos 30 anos de serviço, desde que 20 anos sejam prestados em atividade fim, o artigo 3º da EC nº 47/2005, tratando de uma regra de transição, exige o preenchimento de vários requisitos, dentre eles 35 anos de contribuição se homem, e trinta anos de contribuição se mulher, 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos de carreira, 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria e idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da CRFB, de um ano de idade para cada ano de contribuição excedente.

36. Assim, caso o TCDF ratifique o posicionamento adotado quanto à base de cálculo e reajustamento dos proventos decorrentes da LC nº 51/85, entende-se que as



aposentadorias especiais de policiais civis do DF admitidos até a data de publicação da EC nº 41/2003 (31.12.2003), que preencherem os requisitos do art. 1º, inciso I, da LC nº 51/85 a partir da regulamentação dessa emenda (20.02.2004), e vierem a se aposentar com espeque nesse dispositivo legal, deverão estar fundamentadas, por analogia à Decisão nº 5859/2008 (quanto à paridade), nos seguintes dispositivos:

- a) interregno de 20/02/04 a 20/06/04: artigo 1º, inciso I, da LC nº 51/85, combinado com o art. 40, §§ 3º e 4º, da CRFB, com redação dada pela EC nº 20/98, e com os artigos 3º e 7º da EC nº 41/2003;*
- b) período a partir de 21.06.2004: artigo 1º, inciso I, da LC nº 51/85, combinado com o art. 40, §§ 3º e 4º, da CRFB, com redação dada pela EC nº 20/98 e com os artigos 3º e 7º da EC nº 41/2003.*

37. Prevalecendo o critério interpretativo da c. Corte da União quanto à LC nº 51/85, as aposentadorias especiais deferidas a policiais civis do DF que se enquadrarem na mesma situação descrita no parágrafo 36, deverão ser fundamentadas nos seguintes dispositivos:

- a) interregno de 20/02/04 a 20/06/04: artigo 1º, inciso I, da LC nº 51/85, combinado com o artigo 40, §§ 3º, 4º, 8º e 17 da CRFB, com a redação dada pela EC nº 41/03 e com o art. 1º da MP nº 167/2004;*



- b) período a partir de 21.06.2004:
artigo 1º, inciso I, da LC nº 51/85,
combinado com o artigo 40, §§ 3º,
4º, 8º e 17 da CRFB e com os arts.
1º e 15 da Lei nº 10.887/04.

38. Quando o ingresso no serviço público for a partir de 31.12.2003, a aposentadoria especial de policial civil do DF deve estar fundamentada no artigo 1º, inciso I, da LC nº 51/85, combinado com o artigo 40, §§ 3º, 4º, 8º e 17 da CRFB e com os arts. 1º e 15 da Lei nº 10.887/04. Vale lembrar que nesse aspecto o entendimento do TCDF guarda consonância com o do TCU.

39. Também caminham junto o TCDF e o TCU no tocante às aposentadorias especiais de policiais que preencheram os requisitos do art. 1º, inciso I, da LC nº 51/85 antes da regulamentação da EC nº 41/2003 (20.02.2004). Tais concessões, se deferidas após a EC nº 41/2003, deverão estar fundamentadas no citado dispositivo da lei complementar combinado com o § 4º do art. 40 da CRFB, com a redação dada pela EC nº 20/98 ou pela 47/2005 (dependendo de quando se der a publicação da aposentadoria, se antes ou depois da publicação da EC nº 47/2005 - 06.07.2005).

40. Ante o exposto, sugere-se ao e. Plenário:

I. tomar conhecimento:

a) no âmbito do STF:



- a.1) das ADI's 3817 e 1045, julgadas procedentes, no sentido de considerar inconstitucionais, respectivamente, o art. 3º da Lei Distrital nº 3.556/2005 e os dispositivos pertinentes à organização e manutenção de militares e policiais civis do DF constantes da Lei Orgânica do DF [117, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º; 118 e respectivos parágrafos; 119, §§ 1º (quanto à expressão "autonomia funcional"), 2º e 3º; 120, e 121 e respectivos incisos e parágrafo único) e do Ato das Disposições Transitórias (artigo 51)];
- a.2) do Recurso Especial nº 567.110-1, apresentado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre favorável à concessão de aposentadoria especial com fulcro na Lei Complementar nº 51/85;
- b) no âmbito do TJDF, da Apelação Civil de nº 20070110747847, julgada improcedente, interposta por integrantes da PCDF visando restabelecer o pagamento de vantagens pessoais incluídas no subsídio fixado pela Medida Provisória nº 308/06,



convertida da Lei nº
11.361/06;

- c) no âmbito do TCU, dos Acórdãos de nºs 379/2009 e 582/2009, proferidos pelo Plenário daquele Tribunal, por meio dos quais aquela Corte reconheceu que a LC nº 51/85 foi recepcionada pelas EC's nºs 20/98, 41/2003 e 47/2005, fixando, no segundo acórdão, que a aplicação dessa lei complementar não afasta, para os policiais que implementaram os requisitos legais de inativação a partir da regulamentação da EC nº 41/2003 (20.02.2004), a incidência da regra geral relativa aos cálculos dos proventos insculpida no § 3º do art. 40 da CRFB (média das remunerações de contribuição do servidor);

II. deliberar, em relação à aposentadoria especial dos integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal, concedidas na vigência da EC nº 41/2003 com fulcro no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/85, no sentido de que devem ser observadas as seguintes orientações quanto à fundamentação legal, apuração, cálculo e reajustamento dos proventos:

- a) implemento dos requisitos do art. 1º, inciso I, da LC 51/85 até 31/12/2003:



- a.1) fundamentação legal:
artigo 1º, inciso I, da
LC nº 51/85, combinado
com o artigo 40, § 4º,
da CRFB, com redação
dada pela EC nº 20/98, e
com os artigos 3º e 7º
da EC nº 41/03;
- a.2) proventos: integrais,
calculados com base na
última remuneração do
servidor;
- a.3) reajustamento: paridade;
- b) implemento dos requisitos do
art. 1º, inciso I, da LC 51/85
no interregno de 1º de janeiro
a 19 de fevereiro de 2004,
cumulado com ingresso no
serviço público até
31.12.2003:
 - b.1) fundamentação legal:
artigo 1º, inciso I, da
LC nº 51/85, combinado
com o artigo 40, §§ 4º e
8º, da CRFB, com redação
dada pela EC nº 20/98;
 - b.2) proventos: integrais,
calculados com base na
última remuneração do
servidor;



b.3) reajustamento: paridade;

c) implemento dos requisitos do art. 1º, inciso I, da LC 51/85 no período de 20/02/04 a 20/06/04, cumulado com ingresso no serviço público até 31.12.2003:

- se adotado o critério interpretativo do TCU:

c.1) fundamentação legal: artigo 1º, inciso I, da LC nº 51/85, combinado com o artigo 40, §§ 3º, 4º, 8º e 17 da CRFB, com a redação dada pela EC nº 41/03 e com o art. 1º da MP nº 167/2004;

c.2) proventos: integrais, calculados com base na média aritmética das remunerações de contribuição do servidor;

c.3) reajustamento: de acordo com índice definido em lei;

- se mantido o critério interpretativo do TCDF:



c.1) fundamentação legal:
artigo 1º, inciso I, da
LC nº 51/85, combinado
com o art. 40, §§ 3º e
4º, da CRFB, com redação
dada pela EC nº 20/98, e
com os artigos 3º e 7º
da EC nº 41/2003;

c.2) proventos: integrais,
calculados com base na
última remuneração do
servidor;

c.3) reajustamento: paridade;

d) implemento dos requisitos do
art. 1º, inciso I, da LC 51/85
a partir de 21.06.2004,
cumulado com ingresso no
serviço público até
31.12.2003:

- **se adotado o critério
interpretativo do TCU:**

d.1) fundamentação legal:
artigo 1º, inciso I, da
LC nº 51/85, combinado
com o artigo 40, §§ 3º,
4º, 8º e 17 da CRFB e
com os arts. 1º e 15 da
Lei nº 10.887/04;

d.2) proventos: integrais,
calculados com base na
média aritmética das



*remunerações de
contribuição do
servidor;*

*d.3) reajustamento: de acordo
com índice definido em
lei;*

**- se mantido o critério
interpretativo do TCDF:**

*d.1) fundamentação legal:
artigo 1º, inciso I, da
LC nº 51/85, combinado
com o art. 40, §§ 3º e
4º, da CRFB, com redação
dada pela EC nº 20/98 e
com os artigos 3º e 7º
da EC nº 41/2003;*

*d.2) proventos: integrais,
calculados com base na
última remuneração do
servidor;*

d.3) reajustamento: paridade;

*e) ingresso no serviço público
após 31.12.2003:*

*e.1) fundamentação legal:
artigo 1º, inciso I, da
LC nº 51/85, combinado
com o artigo 40, §§ 3º,
4º, 8º e 17 da CRFB e*



*com os arts. 1º e 15 da
Lei nº 10.887/04;*

*e.2) proventos: integrais,
calculados com base na
média aritmética das
remunerações de
contribuição do
servidor;*

*e.3) reajustamento: de acordo
com índice definido em
lei;*

*III. dar ciência à Polícia Civil do
Distrito Federal da decisão que
vier a ser adotada nestes autos; e*

*IV. autorizar o retorno dos autos à 4ª
ICE, para arquivamento."*

É o relatório.



VOTO

Em louvável atitude de colaboração, esta Corte de Contas, na forma das Decisões nºs 4.852/2007 e 8.021/2008, manifestou, fundamentada e antecipadamente, seu entendimento acerca da forma de cálculo inicial e dos futuros reajustes dos proventos, após a vigência das Emendas Constitucionais nºs 41/2003 e 47/2005. Logo, não tem sentido revolver o tema, até porque o Tribunal vem constantemente reafirmando seu entendimento em diversos processos que são submetidos à Plenário por ocasião da análise da regularidade de aposentadorias e pensões dos integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal.

Se há entendimento assentado acerca do assunto, que resultou de proferida reflexão e longos debates, aliás comunicado à Polícia Civil, à Câmara Legislativa, à Corregedoria-Geral e aos demais órgãos integrantes do complexo administrativo do Distrito Federal (item V da Decisão nº 8.021/2008), carece de sentido aderir ao critério interpretativo do Tribunal de Contas da União, como sugerido na instrução.

Dessarte, acolhendo, parcialmente, o que sugere a instrução com o adendo que proponho, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

I - tome conhecimento:

a) no âmbito do Supremo Tribunal Federal - STF:



- a.1)** das ADI's 3817 e 1045, julgadas procedentes, no sentido de considerar inconstitucionais, respectivamente, o art. 3º da Lei Distrital nº 3.556/2005 e os dispositivos pertinentes à organização e manutenção de militares e policiais civis do DF constantes da Lei Orgânica do DF [117, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º; 118 e respectivos parágrafos; 119, §§ 1º (quanto à expressão "autonomia funcional"), 2º e 3º; 120, e 121 e respectivos incisos e parágrafo único) e do Ato das Disposições Transitórias (artigo 51)];
 - a.2)** do Recurso Especial nº 567.110-1, apresentado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre favorável à concessão de aposentadoria especial com fulcro na Lei Complementar nº 51/1985;
- b)** no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, da Apelação Civil de nº 20070110747847, julgada improcedente e interposta por integrantes da PCDF, visando restabelecer o pagamento de vantagens pessoais absorvidas pelo subsídio fixado pela Medida Provisória nº 308/2006, convertida na Lei nº 11.361/2006;
- c)** no âmbito do Tribunal de Contas da União - TCU, dos Acórdãos de nºs 379/2009 e 582/2009, proferidos pelo Plenário daquele Tribunal, por meio dos quais aquela Corte reconheceu que a Lei Complementar nº 51/1985 foi recepcionada pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998, 41/2003 e 47/2005.



II - mantenha os critérios interpretativos fixados nas Decisões nºs 4.852/2007 e 8.021/2008, razão pela qual, em relação à aposentadoria especial dos integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal, concedidas na vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003 com fulcro no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985, devem ser observadas as seguintes orientações quanto à fundamentação legal, apuração, cálculo e reajustamento dos proventos:

a) implemento dos requisitos do art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985 até 31.12.2003:

a.1) fundamentação legal: artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985 combinado com o artigo 40, § 4º, da CRFB, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, e com os artigos 3º e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003;

a.2) proventos: integrais, calculados com base na última remuneração do servidor;

a.3) reajustamento: paridade.

b) implemento dos requisitos do art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985 no interregno de 1º de janeiro a 19 de fevereiro de 2004, cumulado com ingresso no serviço público até 31.12.2003:

b.1) fundamentação legal: artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985 combinado



com o artigo 40, §§ 4º e 8º, da CRFB, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998;

- b.2)** proventos: integrais, calculados com base na última remuneração do servidor;
 - b.3)** reajustamento: paridade.
- c)** implemento dos requisitos do art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985 no período de 20.02.2004 a 20.06.2004, cumulado com ingresso no serviço público até 31.12.2003:
 - c.1)** fundamentação legal: artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985 combinado com o art. 40, §§ 3º e 4º, da CRFB, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, e com os artigos 3º e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003;
 - c.2)** proventos: integrais, calculados com base na última remuneração do servidor;
 - c.3)** reajustamento: paridade.
- d)** implemento dos requisitos do art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985 a partir de 21.06.2004, cumulado com ingresso no serviço público até 31.12.2003:



- d.1)** fundamentação legal: artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985 combinado com o art. 40, §§ 3º e 4º, da CRFB, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998 e com os artigos 3º e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003;
 - d.2)** proventos: integrais, calculados com base na última remuneração do servidor;
 - d.3)** reajustamento: paridade.
- e)** ingresso no serviço público após 31.12.2003:
 - e.1)** fundamentação legal: artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985 combinado com o artigo 40, §§ 3º, 4º, 8º e 17, da CRFB e com os arts. 1º e 15 da Lei nº 10.887/2004;
 - e.2)** proventos: integrais, calculados com base na média aritmética das remunerações de contribuição do servidor;
 - e.3)** reajustamento: de acordo com índice definido em lei;

III - dê ciência desta decisão à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF;



IV - determine o retorno destes autos à 4ª ICE, autorizando desde logo a devolução das concessões que se encontrem nesta Corte à jurisdicionada, para fins de adequação aos termos da presente decisão;

V - autorize o arquivamento do presente feito.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 2009.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

Conselheiro-Relator